



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

APOSTILA Nº 01 AO CONTRATO N. 10/2019.

APOSTILA Nº 01 AO CONTRATO N. 10/2019.

PROCESSO ADMINISTRATIVO N. [0001014-93.2019.6.22.8000](#)

PREGÃO ELETRÔNICO N. 31/2019

APOSTILA N. 01 AO CONTRATO N. 10/2019 (evento [0486187](#)), CELEBRADO ENTRE A UNIÃO, POR MEIO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA, E A EMPRESA RG SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILANCIA ARMADA - OSTENSIVA, PREVENTIVA, DIURNA E NOTURNA À JUSTIÇA ELEITORAL DE RONDÔNIA.

A Ilustríssima Senhora Diretora Geral da Secretaria do TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA, LIA MARIA ARAÚJO LOPES, no uso de suas atribuições legais, por meio do Despacho nº 2073/2020-PRES/DG/GABDG, de 18/12/2020, RESOLVE expedir a presente Apostila, com fundamento na Cláusula Décima Oitava do Contrato supramencionado, no art. 65, II, “d”, da Lei n. 8.666/93, no art. 12 do Decreto Federal nº 9.507/2018, no Acórdão TCU n. 1563/2004 e no art. 53 e seguintes, da Instrução Normativa n. 05/2017/SLTI/MPOG, para:

I - Registrar a Repactuação de 6,14% (seis vírgula quatorze por cento) sobre o valor mensal dos postos de vigilância (já inclusos os respectivos encargos legais), **a contar de 01/10/2020**, em face da homologação da Convenção Coletiva de Trabalho SINTESV/RO – SINDESP/RO 2020/2022, conforme detalhamento abaixo e planilhas de composição de custos constantes no evento [0633987](#):



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Reflexos da convenção coletiva de 2020/2022, para efeito desta repactuação:

1. Reajuste salarial de 5,70% (cinco vírgula setenta por cento), passando o salário base do vigilante de R\$ 1.278,41 para R\$ 1.351,28, a ser aplicado **a partir de 01 de outubro/2020**, correspondente à inflação do período de 01/03/2019 a 28/02/2020, mais projeção da inflação para o período de 01/03/2020 a 28/02/2021, no percentual de 1,78%, tudo conforme Cláusula 3ª da CCT ;
2. Elevação do custo com auxílio alimentação de R\$ 28,00 para R\$ 32,00, previsto no § 1º da Cláusula 12ª da CCT;
3. Elevação do custo mensal com Cesta Básica de R\$ 15,98 para 16,89, previsto na Cláusula 16ª da CCT; e
4. Elevação do custo com Contribuição para Assistência Médica de R\$ 10,68 para 11,29, previsto na Cláusula 46ª da CCT.

DIFERENÇA VALORES MENSAIS DE 2019 COM REPACTUAÇÃO 2020						
POSTO DE TRABALHO	VALORES ATUAIS (2019)			VALORES C/ REPACTUAÇÃO 2020		
	VALOR MENSAL POR VIGILANTE	VALOR MENSAL DE 1 POSTO	VALOR MENSAL DOS 3 POSTOS	VALOR MENSAL POR VIGILANTE	VALOR MENSAL DE 1 POSTO	VALOR MENSAL DOS 3 POSTOS
Vigilante diurno (com 2 vigilantes)	R\$ 4.669,72	R\$ 9.339,44	R\$ 28.018,32	R\$ 4.957,93	R\$9.915,86	R\$ 29.747,58
Vigilante noturno (com 2 vigilantes)	R\$ 5.247,50	R\$ 10.495,00	R\$ 31.485,00	R\$ 5.568,66	R\$11.137,32	R\$ 33.411,96
TOTAL MENSAL		R\$ 19.834,44	R\$ 59.503,32		R\$ 21.053,18	R\$63.159,54

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	DIFERENÇA R\$		R\$3.656,22
	PERCENTUAL DE AUMENTO NO VALOR MENSAL DOS POSTOS:		6,14%

Fonte: Informação n. 128/2020/ SEAP- Seção de Administração Predial (evento [0636568](#) do Processo Administrativo supramencionado).

II - Em decorrência da repactuação registrada nesta Apostila, incidiu ao contrato o valor de **R\$ 75.927,50** (setenta e cinco mil novecentos e vinte e sete reais e cinquenta centavos), correspondente à atualização contratual de **4,25%** (quatro vírgula vinte e cinco por cento), de acordo com o quadro abaixo:

ATUALIZAÇÃO DO CONTRATO 10/2019 COM REPACTUAÇÃO DE 2020 - CCT 2020/2021		
Valor Original/Atual do Contrato		R\$ 1.785.099,60
Valor atual mensal dos postos	Meses faltantes p/ execução em 01/10/2020	Valor do saldo atual do Contrato:
R\$ 59.503,32	20 meses e 23 dias	R\$ 1.235.685,61
Novo valor mensal dos postos c/ repactuação de 2020	Meses faltantes p/ execução em 01/10/2020	Valor atualizado do saldo do Contrato:
R\$ 63.159,54	20 meses e 23 dias	R\$ 1.311.613,11
VALOR DA REPACTUAÇÃO DE 2020:		R\$ 75.927,50
PERCENTUAL DE ATUALIZAÇÃO DO VALOR DO CONTRATO:		4,25%
VALOR ATUALIZADO DO CONTRATO COM REPACTUAÇÃO DE 2020		R\$ 1.861.027,10

Fonte: Informação n. 128/2020/ SEAP- Seção de Administração Predial (evento [0636568](#) do Processo Administrativo supramencionado).

III - A presente repactuação tem efeitos financeiros retroativos a 01/10/2020.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

IV – Para fazer jus aos valores pretéritos, a Contratada deverá apresentar fatura complementar separadamente, contendo a diferença entre os valores pagos e valores majorados com relação ao objeto constante neste instrumento.

V - As despesas com esta repactuação correrão à conta do Programa de Trabalho: 02122003320GP0011 e ELEMENTO DE DESPESA: 33.90.37-03, conforme Nota de Empenho 2020NE000088 (evento [0499490](#)), de 30/01/2020.

VI - Para assegurar a plena execução do presente ajuste, a **Contratada deverá oferecer**, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da assinatura deste instrumento, **complementação da GARANTIA**, em uma das modalidades previstas no art. 56, § 1º, da Lei 8.666/93, **no valor de R\$ 3.796,37** (três mil setecentos e noventa e seis reais e trinta e sete centavos), correspondentes a 5% (cinco por cento) do valor da presente repactuação, nos termos do art. 56, § 2º, da Lei 8.666/93 e da Cláusula Nona do Contrato originário.

VII – Considerando os valores desta repactuação, do contrato originário e das repactuações anteriores e para fins de eventual cômputo do limite máximo de acréscimos e supressões permitidos legalmente (Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93 e Acórdão TCU n. 749/2010–Plenário), registre-se que o valor total atualizado deste contrato passa a ser de R\$ 1.861.027,10 (um milhão oitocentos e sessenta e um mil e vinte e sete reais e dez centavos).

VIII - Ficam mantidas todas as demais cláusulas e condições estabelecidas no Contrato originário e não alteradas pelos aditivos e apostilas posteriores.

IX - A presente Apostila passa a fazer parte integrante do Contrato supra, como se nele estivesse transcrita.

X - O Contratante providenciará a publicação resumida do presente instrumento no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Rondônia.

Porto Velho/RO, 21 de dezembro de 2020.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

LIA MARIA ARAÚJO LOPES

Diretora Geral do TRE-RO

**ANEXO I DA APOSTILA N. 01 AO CONTRATO N. 10/2019/TRE-RO
HISTÓRICO DA CONTRATAÇÃO**

**Valor inicial do Contrato, mais valores e informações dos
aditivos/apostilas:**

Contrato/Aditivo/Apostila (Objetos, valores, datas de assinatura e de vigência)	Valor inicial cada aditivo
Contrato n. 10/2019 (assinado em 11/12/2019) – Volume VIII do PA (evento n. 0486187) Vigência de 30 meses, a contar de 23/12/2019. Valor: R\$ 1.785.099,60. (Garantia: R\$ 89.254,98)	R\$
Apostila n. 01 (assinada em __/12/2020) – Volume IX do PA (evento n. 0643926). Repactuação CCT 2020/2022 (4,25% sobre o contrato, a contar de 01/10/2020). Valor: R\$ 75.927,50 (Garantia: R\$ 3.796,37)	R\$

*Eventuais divergências nas somas são decorrentes de arredondamento de casas decimais em cálculos envolvendo dízimas periódicas.

VALOR ATUALIZADO CONTRATO PARA FINS CÔMPUTO DE EVENTUAIS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES – Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93 e Acórdão TCU 749/2010 –Plenário.	R\$ 1.861.027,10
PERCENTUAL TOTAL DE ACRÉSCIMOS/SUPRESSÕES REALIZADOS NESTA CONTRATAÇÃO EM RELAÇÃO AO VALOR INICIAL ATUALIZADO CONTRATO – Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93 e Acórdão TCU 749/2010 – Plenário.	0,00%



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 22/12/2020, às 14:11, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0643926** e o código CRC **FB34E838**.

0001014-93.2019.6.22.8000

0643926v3

Criado por 006007062364, versão 3 por 006007062364 em 21/12/2020 15:07:11.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

INFORMAÇÃO Nº 128/2020 - PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEAP

De: SEAP

Para: GABSAOFC/SAOFC

Senhor Secretário,

Trata-se de pedido de repactuação do ano de 2020 do Contrato n. 10/2019 – Prestação de serviço de vigilância armada ostensiva, preventiva, diurna e noturna nas unidades da Justiça Eleitoral em Porto Velho, firmado entre este Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia e a empresa RG Segurança e Vigilância Ltda

Por meio do Ofício GER/RO nº 2015/2020 (evento [0633980](#)) a empresa RG enviou pedido de Repactuação nos preços do contrato 10/2019, por meio do e-mail de evento [0633976](#), tendo em vista a homologação da Convenção Coletiva de Trabalho da categoria, CCT 2020/2022, com vigência para o período de 01/03/2020 a 28/02/2022 e data-base da categoria em 1º de março, que contempla as seguintes majoração em rubricas de custos com pessoal:

a) Reajuste salarial de 5,70% (cinco vírgula setenta por cento), passando o salário base do vigilante de R\$ 1.278,41 para R\$ 1.351,28, a ser aplicado **a partir de 01 de outubro/2020**, correspondente à inflação do período de 01/03/2019 a 28/02/2020, mais projeção da inflação

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

para o período de 01/03/2020 a 28/02/2021, no percentual de 1,78%, tudo conforme Cláusula 3ª da CCT ;

b) Elevação do custo com auxílio alimentação de R\$ 28,00 para R\$ 32,00, previsto no § 1º da Cláusula 12ª da CCT;

c) Elevação do custo mensal com Cesta Básica de R\$ 15,98 para 16,89, previsto na Cláusula 16ª da CCT;

d) Elevação do custo com Contribuição para Assistência Médica de R\$ 10,68 para 11,29, previsto na Cláusula 46ª da CCT.

Junto ao pedido de repactuação a contratada encaminhou as Planilhas de Custo e Formação de Preços atualizadas dos postos de vigilância 12X36h diurno e 12X36h noturno (evento [0633987](#)), bem como a Convenção Coletiva de Trabalho 2020/2022 (evento [0636567](#)), não havendo nenhum reparo a ser feito por esta unidade gestora, que concorda com os cálculos e valores apresentados.

Cabe registrar que as alterações nas planilhas das rubricas majoradas pela Convenção Coletiva de Trabalho 2020/2022 implicam em alteração dos valores das demais rubricas devido à aplicação de percentuais relativos a encargos sociais e carga tributária sobre o salário base ou sobre a soma deste com insumos, despesas administrativas, lucro.

Assim sendo, os valores dos postos de vigilância, com a repactuação pretendida, passarão dos valores atuais contratados para os valores demonstrados na planilha abaixo:

DIFERENÇA VALORES MENSAIS DE 2019 COM REPACTUAÇÃO 2020

POSTO DE TRABALHO	VALORES ATUAIS (2019)			VALORES C/ REPACTUAÇÃO 2020		
	VALOR MENSAL POR VIGILANTE	VALOR MENSAL DE 1 POSTO	VALOR MENSAL DOS 3 POSTOS	VALOR MENSAL POR VIGILANTE	VALOR MENSAL DE 1 POSTO	VALOR MENSAL DOS 3 POSTOS
Vigilante diurno (com 2 vigilantes)	R\$ 4.669,72	R\$ 9.339,44	R\$ 28.018,32	R\$ 4.957,93	R\$9.915,86	R\$ 29.747,5
Vigilante noturno (com 2 vigilantes)	R\$ 5.247,50	R\$ 10.495,00	R\$ 31.485,00	R\$ 5.568,66	R\$11.137,32	R\$ 33.411,9
TOTAL MENSAL		R\$ 19.834,44	R\$ 59.503,32		R\$ 21.053,18	R\$63.159,5
	DIFERENÇA R\$					R\$3.656,22
	PERCENTUAL DE AUMENTO NO VALOR MENSAL DOS POSTOS:					6,14%



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Pelos valores acima apresentados verifica-se que a repactuação de 2020 provocará um aumento na ordem de 6,14% (seis vírgula catorze por cento) no valor mensal dos postos de vigilância, assim como no valor mensal do contrato.

Como consequência, **o valor total do contrato sofrerá atualização de 4,25% (quatro vírgula vinte e cinco por cento)**, conforme demonstrativo apresentado na tabela a seguir:

ATUALIZAÇÃO DO CONTRATO 10/2020 COM REPACTUAÇÃO DE 2020 - CCT 2020/2021		
Valor Original/Atual do Contrato		R\$ 1.785.099,60
Valor atual mensal dos postos	Meses faltantes p/ execução em 01/10/2020	Valor do saldo atual do Contrato:
R\$ 59.503,32	20 meses e 23 dias	R\$ 1.235.685,61
Novo valor mensal dos postos c/ repactuação de 2020	Meses faltantes p/ execução em 01/10/2020	Valor atualizado do saldo do Contrato:
R\$ 63.159,54	20 meses e 23 dias	R\$ 1.311.613,11
VALOR DA REPACTUAÇÃO DE 2020:		R\$ 75.927,50
PERCENTUAL DE ATUALIZAÇÃO DO VALOR DO CONTRATO:		4,25%
VALOR ATUALIZADO DO CONTRATO COM REPACTUAÇÃO DE 2020		R\$ 1.861.027,10

Considerando que a repactuação pleiteada é retroativa a **1º de outubro de 2020**, haverá uma diferença a ser paga à contratada, referente aos meses de outubro até a data de sua formalização, cuja liquidação se dará após comprovação de que a empresa já está pagando à mão de obra vinculada ao contrato os novos valores da CCT.

Para suporte do valor da repactuação para o exercício de 2020 **não** haverá necessidade de reforço na Nota de Empenho 2019NE000088.

Ante o exposto, encaminho os autos a Vossa Senhoria para análise e deliberação superior quanto à repactuação ora pleiteada.

Respeitosamente,



Documento assinado eletronicamente por **JAIDÊ RABELO BENTO, Chefe de Seção**, em 05/12/2020, às 17:30, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0636568** e o código CRC **C1569415**.

0001014-93.2019.6.22.8000

0636568v14

Criado por 004864972321, versão 14 por 004864972321 em 05/12/2020 17:30:31.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0001014-93.2019.6.22.8000

INTERESSADO: SEÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO PREDIAL

ASSUNTO: Repactuação - Contrato nº 10/2019 Prestação de Serviços de vigilância armada e ostensiva. Empresa: **RG SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA**. ANÁLISE.

PARECER JURÍDICO Nº 286 / 2020 - PRES/DG/AJDG

I - RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo instaurado pela Seção de Administração Predial – SEAP deste Tribunal ([0403344](#)), com o objetivo de formalizar contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de vigilância armada e ostensiva diurna e noturna a serem executados nas unidades da Justiça Eleitoral localizadas na cidade de Porto Velho/RO, materializada no Contratos n. 10/2020 ([0486187](#)), com a empresa **RG SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n. 13.019.295/0006-02 .

02. Na informação nº 128/2020 – PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEAP ([0636568](#)), a unidade gestora – Seção de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Administração Predial (SEAP) - comunica o pedidos de repactuação feito pela empresa contratada ([0627123](#) e [0633976](#)), e demonstra a alteração dos salários, os benefícios de auxílio alimentação e auxílio transporte, a variação dos valores (Convenção Coletiva de Trabalho - CCT 2020/2022 do SIND. TRAB. SEG. VIG. TRANSPORTES VALORES CURSOS FORMAÇÃO DE VIG. EST. RONDÔNIA - [0636567](#)), os novos valores contratuais, planilha de custo da repactuação ([0633983](#) e [0633987](#)). Por fim, informa que não haverá necessidade de reforço da Nota de Empenho n. 2019NE000088.

03. Recebido os autos no GABSAOFC, seu titular atribui concomitantemente o feito à SECONT para elaboração de minuta de apostilamento e ao final a esta assessoria para análise jurídica, consoante o Despacho nº 2360/2020 – PRES/DG/SAOFC/GABSAOFC ([0636607](#)).

04. Elaborada a minuta de apostila, a SECONT juntou o instrumento no evento [0640902](#). Por fim, vieram os autos a esta Assessoria Jurídica para análise quanto à possibilidade jurídica da repactuação e aprovação da minutas citada ([0641118](#)). **É o necessário relato.**

II – ANÁLISE JURÍDICA

05. Várias são as orientações da Corte de Contas Nacional a respeito das repactuações de contratos de prestação de serviços contínuos, algumas por via dos Acórdãos TCU nº 474/2005 – Plenário e 1563/2004 – Plenário.

06. Destaca-se que este Tribunal vem compartilhando a inteligência do Acórdão Plenário nº 1.574/2015 no sentido de que “*a repactuação de preços aplica-se apenas às contratações de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra e ocorre a partir da variação dos componentes dos custos do contrato, desde que seja observado o interregno mínimo de um ano das datas dos orçamentos aos quais a proposta se referir, conforme estabelece o artigo 12 do Decreto 9.507/2018, devendo ser demonstrada analiticamente, de acordo com a planilha de custos e formação de preços*”.

07. Veja-se, ainda, o art. 55 da IN/MPDG n. 05/2017:

Art. 55. O interregno mínimo de um ano para a primeira repactuação será contado a partir:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

I - da data limite para apresentação das propostas constante do ato convocatório, em relação aos custos com a execução do serviço decorrentes do mercado, tais como o custo dos materiais e equipamentos necessários à execução do serviço; ou

II - **da data do Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalente vigente à época da apresentação da proposta** quando a variação dos custos for decorrente da mão de obra e estiver vinculada às datas-bases destes instrumentos.

08. Assim, pela análise técnica da gestão contratual (Informação nº 128 – [0636568](#)), parecem aplicáveis as regras da repactuação registradas no Contrato Administrativos n. 10/2019 ([0486187](#)), o qual prevê expressamente as situações de repactuação nas hipóteses de majoração dos valores de mão de obra – como, ademais, de outros componentes de custo dos contratos, a exemplo dos insumos, conforme registro na **Cláusula Décima Oitava** do ajuste.

09. Dessa forma, tratando-se de requerimento de repactuação fundado em majoração decorrente de elevação dos custos de mão de obra e auxílio alimentação, em razão de CCT efetivamente demonstrada na solicitação de repactuação e na análise da unidade gestora da contratação, tem previsão expressa no art. 12 do Decreto Federal nº 9.507/18, no Acórdão Plenário TCU 1.563/04 e no art. 54 da IN SLTI/MPOG nº 005/17, esta Assessoria Jurídica entende que estão presentes os requisitos para o deferimento da repactuação pleiteada, ademais lastreadas por cláusulas contratuais.

10. Deferida a repactuação aqui analisada, entende-se que a majoração dos valores contratados é devida desde a data de início da vigência da CCT em comento ([0636567](#)), diga-se 01/10/2020, para os postos de trabalho constantes do contrato originário. Nesse compasso, o período está albergado pela regra permissiva do **art. 58, III, da IN MPOG/SLTI nº 005/17**, disposição analogicamente integrante do contrato celebrado pelas partes, a teor da Cláusula Décima Oitava, in verbis:

Art. 58 - Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas da seguinte forma:

I - a partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação, como regra geral;

II - em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade e para concessão das próximas repactuações futuras; ou

III - **em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, na forma de Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.** (negriotou-se)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

11. In casu, para os serviços prestados até a presente data a Administração apenas arcará financeiramente com a diferença entre os valores já pagos à contratada e aqueles objeto desta repactuação, na forma prevista no **parágrafo único do art. 58, da IN MPOG/SLTI nº 005/17, verbis:**

Parágrafo único - Os efeitos financeiros da repactuação deverão ocorrer exclusivamente para os itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

12. Cabe ressaltar que, segundo a CLÁUSULA NONA, Subcláusula Quinta do supracitado Contrato, a garantia deverá ser **renovada e complementada a cada aditamento ou apostilamento.**

III – CONCLUSÃO

13. Pelo exposto, com escopo nos elementos existentes nos autos, principalmente no teor da informação dada pela unidade gestora do contrato ([0636568](#)), na linha dos fundamentos fáticos e jurídicos descritos neste parecer e, diante da comprovação da existência de recursos orçamentários para suporte da despesa no exercício corrente (Nota de Empenho 2019NE000088.), opina esta Assessoria Jurídica:

a) pelo **deferimento da repactuação** nos exatos termos demonstrados pela unidade gestora ([0636568](#)) e planilha de cálculo ([0633987](#)), de acordo com a Convenção Coletiva de Trabalho 2020/2022 ([0636567](#)), com fundamento no **art. 12 do Decreto Federal nº 9.507/18, pelo Acórdão TCU nº 1.563/2004 - Plenário e pelo art. 54 da IN SLTI/MPOG nº 005/17**, ademais, reprise-se, com expressa previsão na **Cláusula Décima Oitava** do Contrato nº 10/2019;

b) pela consequente **atualização dos valores** do Contrato nº 10/2019, nos termos do quadro demonstrativo apresentado pelo gestor em sua Informação e planilhas de cálculos das repactuações;

c) pela observância de que como a repactuação pleiteada é retroativa 01/10/2020 e considerando que a contratada já está pagando à mão de obra vinculada ao contrato, salários e benefícios, conforme reajustado pela Convenção Coletiva de 2020/2022, **a Administração apenas arcará financeiramente com a diferença entre os valores já pagos à contratada e aqueles objeto desta repactuação, na forma**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

prevista no contrato, nos termos do parágrafo único do artigo 58, da IN MPOG/SLTI nº 005/17.

14. Verifica-se que o termo da minuta de Apostila carreada aos autos ([0640902](#)), sob o aspecto formal, encontram-se em conformidade com as regras da Lei nº 8.666/93, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação, estando apto, portanto, a produzir os efeitos jurídicos pretendidos pela Administração, motivo pelo qual, **para cumprimento do artigo 38, parágrafo único, do diploma legal referido, esta Assessoria Jurídica manifesta pela aprovação dos referidos termos.**

15. Enfatize-se a necessária atualização da **garantia contratual**, já sistematizada no item VI da minutas de Apostila com previsão na subcláusula quinta da cláusula nona do contrato n. 10/2019.

16. Por derradeiro, cumpre salientar que a presente manifestação toma por base, exclusivamente, os elementos que constam, até a presente data, nos autos do processo administrativo em epígrafe. Destarte, à luz da Resolução TER-RO nº 06/2015 (Regimento Interno do Corpo Administrativo), incumbe a esta unidade jurídica prestar consultoria sob o prisma estritamente jurídico, não lhe competindo adentrar à conveniência e à oportunidade dos atos praticados no âmbito deste Tribunal, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnico-administrativo, a exemplo de cálculos e planilhas

À consideração da autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA**, Assessor Jurídico da Diretoria Geral, em 16/12/2020, às 19:12, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0642139** e o código CRC **A0B7D9A6**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0001014-93.2019.6.22.8000

INTERESSADO: SEÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO PREDIAL

ASSUNTO: Pedido de Repactuação - CCT 2020 ao Contrato n. 10/2019 –
Prestação de serviços de vigilância armada e ostensiva.

DESPACHO Nº 2073 / 2020 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo instaurado pela Seção de Administração Predial – SEAP deste Tribunal ([0403344](#)), com o objetivo de formalizar contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de vigilância armada e ostensiva diurna e noturna a serem executados nas unidades da Justiça Eleitoral localizadas na cidade de Porto Velho/RO, materializada no Contrato n. 10/2019 ([0486187](#)), com a empresa **RG SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n. 13.019.295/0006-02, atualmente em plena execução.

A Seção de Administração Predial (SEAP), unidade gestora da contratação, mediante Informação nº 128/2020 – PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEAP ([0636568](#)), comunica o pedido de repactuação feito pela empresa contratada ([0633980](#)), relativo ao ajuste citado ([0486187](#)), demonstra a alteração dos salários, os benefícios de auxílio alimentação e assistência médica, a variação dos valores (Convenção Coletiva de Trabalho - CCT 2020/2022 do SIND. TRAB. SEG. VIG. TRANSPORTES VALORES CURSOS FORMAÇÃO DE VIG. EST. RONDÔNIA - [0636567](#)), os novos valores contratuais e planilhas de custo da repactuação (eventos [0633983](#) e [0633987](#)). Por fim, informa que não haverá necessidade de reforço da Nota de Empenho n. 2019NE000088.

Na sequência, a Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade encaminhou o feito, concomitantemente, à SECONT, com vistas à elaboração da minuta de termo aditivo objetivando a repactuação pretendida; e à AJDG, para emissão de parecer jurídico ([0636607](#)).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Em cumprimento ao Despacho 2360/2020 ([0636607](#)), a SECONT carrou a minuta da apostila ([0640902](#)), remetendo à Assessoria Jurídica desta Diretoria-Geral para análise ([0641118](#)).

Assim, a Assessoria Jurídica desta Diretoria-Geral emitiu o Parecer Jurídico nº 286/2020 ([0642139](#)), em que opina pelo deferimento das repactuações nos exatos termos demonstrados pela unidade gestora ([0636568](#)) e planilha de cálculo ([0633987](#)), de acordo com a Convenção Coletiva de Trabalho 2020/2022 ([0636567](#)), com fundamento no **art. 12 do Decreto Federal nº 9.507/18, pelo Acórdão TCU nº 1.563/2004 - Plenário e pelo art. 54 da IN SLTI/MPOG nº 005/17**, ademais, reprise-se, com expressa previsão na **Cláusula Décima Oitava** do Contrato nº 10/2019; **pela atualização dos valores do Contrato nº 10/2019**, nos termos do quadro demonstrativo apresentado pelo gestor em sua informação e planilhas de cálculos das repactuações.

Ressalta, ainda, o fato de que a repactuação pleiteada é retroativa a 01/01/2020 e considerando que a contratada já está pagando a mão de obra vinculada ao contrato, salários e benefícios, conforme reajustado pela Convenção Coletiva de 2020/2022, a Administração apenas arcará financeiramente com a diferença entre os valores já pagos à contratada e aqueles objeto desta repactuação, na forma prevista no contrato, nos termos do parágrafo único do artigo 58, da IN MPOG/SLTI nº 005/17. Além disso, em cumprimento do art. 38, parágrafo único, da Lei de Licitação e Contratos Administrativos, aprovou os termos da minuta de apostila nº 1 ao Contrato n. 10/2019 ([0640902](#)).

A SAOFC manifestou favorável ao deferimento da **repactuação de 6,14%** (seis inteiros e quatorze centésimos por cento) para o **Contrato nº. 10/2020** ([0486187](#)), sobre o valor mensal dos postos de vigilância, com **efeitos financeiros** a partir de **01/10/2020**, em razão da Convenção Coletiva de Trabalho 2020/2022 ([0636567](#)), com fundamento na alínea "d" do inc. II do art. 65 da Lei nº. 8.666/93 combinado com o art. 12 do Decreto Federal nº. 9.507/2018 e ainda pelo Acórdão TCU nº. 1.563/2004 e art. 54 da Instrução Normativa nº. 5/2017 da SLTI/MPOG e por fim pela Cláusula Décima Oitava do Contrato originário. Manifestou-se, também, pela atualização do valor do Contrato nº. 10/2020 ([0486187](#)), fixando seu novo valor em **R\$ 1.861.027,10** (um milhão, oitocentos e sessenta e um mil vinte e sete reais e dez centavos), e complementação da garantia contratual (Manifestação n. 520/2020 - [0643189](#)).

Conforme bem asseverado pela Assessoria Jurídica, tratando-se de requerimento de repactuação fundado em majoração decorrente de elevação dos custos de mão de obra (salários), auxílio



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

alimentação e assistência médica, em razão de CCT efetivamente demonstrada na solicitação de repactuação ([0633980](#)) e na análise da unidade gestora da contratação ([0636568](#)), situação prevista expressamente pelo art. 12 do Decreto Federal nº 9.507/18, pelo Acórdão Plenário TCU 1.563/04 e pelo art. 54 da IN SLTI/MPOG nº 005/17, restam preenchidos os requisitos para o deferimento da repactuação pleiteada, ademais lastreada por cláusula contratual.

Em razão do exposto, pelo que consta dos autos e com base na Convenção Coletiva de Trabalho (CCT 2020/2022 do SIND. TRAB. SEG. VIG. TRANSPORTES VALORES CURSOS FORMAÇÃO DE VIG. EST. RONDÔNIA - [0636567](#)) e nas planilhas de cálculo apresentadas (eventos [0633983](#) e [0633987](#)), com fulcro no **artigo 1º, II, da Portaria GP nº 66/2018**, esta Diretora Geral:

1. DEFERE a repactuação requerida no percentual de 6,14% (seis inteiros e quatorze centésimos por cento) para o **Contrato nº. 10/2020** ([0486187](#)), sobre o valor mensal dos postos de vigilância, com **efeitos financeiros** a partir de **01/10/2020**, em razão da Convenção Coletiva de Trabalho 2020/2022 ([0636567](#)), com fundamento na alínea "d" do inc. II do art. 65 da Lei nº. 8.666/93 combinado com o art. 12 do Decreto Federal nº. 9.507/2018 e ainda pelo Acórdão TCU nº. 1.563/2004 e art. 54 da Instrução Normativa nº. 5/2017 da SLTI/MPOG e por fim pela Cláusula Décima Oitava do Contrato originário;

2. DETERMINA a atualização do valor do Contrato nº. 10/2020 ([0486187](#)), fixando seu novo valor em **R\$ 1.861.027,10** (um milhão, oitocentos e sessenta e um mil vinte e sete reais e dez centavos);

3. AUTORIZA o pagamento apenas da diferença entre os valores já pagos à contratada e aqueles objeto desta repactuação, na forma prevista no contrato, e nos termos do parágrafo único do art. 58 da Instrução Normativa MPDG n. 05/2017, uma vez que a repactuação pleiteada é retroativa a **01/01/2020**; e

4. DETERMINA a notificação da Contratada para complementação da garantia contratual, no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, contados da assinatura da apostila, em uma das modalidades previstas no § 1º do art. 56 da Lei nº. 8.666/93, no valor de **R\$ 3.796,37** (três mil



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

setecentos e noventa e seis reais e trinta e sete centavos), correspondentes a 5% (cinco por cento) do valor da presente repactuação, nos termos do [§ 2º do art. 56 da Lei nº. 8.666/93](#) e Cláusula Nona do Contrato originário.

À SAOFC para continuidade.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 18/12/2020, às 13:12, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0643501** e o código CRC **A41A7D90**.

0001014-93.2019.6.22.8000

0643501v11

Criado por 010141172305, versão 11 por 004577222313 em 18/12/2020 13:11:38.